

# Aumento do IPTU trava sessão na Câmara

Publicação em Diário Oficial da Prefeitura “atropela” o trâmite legislativo

Demétrio do Carmo - especial para o Diário

## Alerj aprova projeto que reconhece Petrópolis como Capital Germânica

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, na tarde dessa quarta-feira (3), o Projeto de Lei Nº 13142023, de autoria do deputado estadual Sergio Fernandes (PSD), que declara o município de Petrópolis como a Capital Germânica do Estado. A proposta segue agora para sanção ou veto do governador Cláudio Castro.

Segundo o parlamentar, o reconhecimento oficial reforça a identidade histórica e cultural da cidade, que carrega traços marcantes da imigração alemã desde o século XIX. “Petrópolis é um patrimônio vivo da influência germânica no Brasil. Esse título não é apenas simbólico — ele valoriza nossa história, fortalece o turismo e reconhece a contribuição dos imigrantes alemães para o desenvolvimento da cidade”, afirmou Sergio Fernandes.

Fundada em 1843 por Dom Pedro II, Petrópolis atraiu, ao longo do reinado do imperador, um grande fluxo de imigrantes alemães que ajudaram a moldar a arquitetura, o comércio e a vida cultural do município. O Pa-

lácio de Cristal, inaugurado em 1884 e inspirado em estruturas da Alemanha, tornou-se um dos símbolos mais conhecidos dessa presença europeia. Residências, prédios públicos e construções tradicionais também preservam características marcantes do estilo germânico.

Sergio Fernandes destacou ainda a importância da valorização cultural para o desenvolvimento regional. “A cidade mantém viva essa herança em suas construções, na gastronomia, na música e na dança. A Bauernfest, por exemplo, é hoje um dos maiores festivais de cultura germânica do país e movimenta a economia local todos os anos”, disse o deputado.

Realizada anualmente em junho, a Bauernfest atrai milhares de visitantes para celebrar a tradição alemã com apresentações folclóricas, cervejas artesanais produzidas na região e pratos típicos.

“Petrópolis merece esse reconhecimento. Trata-se de uma justa homenagem à sua história e ao povo que ajudou a construir a cidade que conhecemos hoje”, concluiu Sergio Fernandes.

A sessão dessa terça-feira (2) na Câmara Municipal foi marcada por polêmicas e discussões por conta da votação da redação final do Projeto de Lei 97922025, enviado à Casa Legislativa pela Prefeitura de Petrópolis, e que dispõe sobre a atualização monetária dos créditos da Fazenda Municipal, em outras palavras, o reajuste de 5,17% no IPTU para o próximo ano.

O projeto, que já havia sido votado em primeira discussão e aprovado por nove dos 15 vereadores, no dia 18 de novembro, retornou para nova votação, obedecendo o trâmite legislativo. Ocorre que, a prefeitura já havia publicado a lei no Diário Oficial, do dia 27 de novembro, o que atropela o rito interno. A questão paralisou a sessão dessa terça-feira (2), para que os vereadores consultassem o Departamento de Assuntos Jurídicos - DAJ - e assim prosseguissem à votação final. A sessão, no entanto, não foi reiniciada por falta de quórum e a pauta foi trancada. A sessão ordinária que votaria o texto final do projeto, nessa quarta-feira (3), também não ocorreu e só vai acontecer, nesta quinta-feira (4), às 14h.

Em sua fala, a vereadora Pro-



REPRODUÇÃO

A SESSÃO ordinária para votar o texto final do projeto ficou para esta quinta

fessora Livia (PC do B) criticou a pressa do governo municipal dizendo que o mesmo deveria, desde o começo, ter apresentado um plano para a recuperação financeira da cidade. “Me parece que o governo está apresentando aqui uma tábua de salvação para os problemas da prefeitura, achando que reajustar o IPTU vai resolver todos problemas das finanças”, disse.

No ofício enviado à Casa Legislativa a Prefeitura de Petrópolis se justificou dizendo que a medida visa assegurar a manu-

tenção do equilíbrio fiscal e a preservação do poder de compra das receitas municipais, de modo a garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, o planejamento orçamentário e a boa gestão financeira da administração.

Os contribuintes já começaram a receber os carnês do IPTU. A distribuição pelos Correios teve início na última sexta-feira (28), com 102 mil documentos enviados para todas as regiões da cidade. A previsão é que a entrega seja concluída até a segunda quinzena de dezembro.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 04/12/2025

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 48ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora Livia que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** GP Projeto de Lei nº: 599/2025 CMP (10143/2025); GP Diversos nº: 812/2025 CMP (10137/2025); Projeto de Lei nº: 9951/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 10134/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 10168/2025 do Vereador Junior Paixão; Emenda Modificativa nº: 10136, 10144, 10145, 10146 e 10147/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Aditiva nº: 10148/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento nº: 10139, 10140 e 10141/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 10130/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 10132/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 10138 e 10170/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 10158 a 10164/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 10169 e 10177/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 10171/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 10172, 10173, 10174 e 10175/2025 do Vereador Júnior Coruja; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Gil Magno solicitou a inversão de pauta e com anulação dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3810/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3886/2024 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, da Vereadora Júlia Casamasso e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3706/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e da Vereadora Júlia Casamasso; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4369/2025 do Vereador Thiago Damaceno; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Professora Livia e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 7995/2025 do Vereador Tiago Leite; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz e da Vereadora Professora Livia; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 10179/2025 do Vereador Tiago Leite; o Requerimento foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz e da Vereadora Professora Livia; Colocado em discussão e votação única e em bloco as Indicações nº: 1926, 1927, 1953, 3925, 3926, 3927, 4742,

4743, 4753, 4963, 5728, 5729, 5731, 6251, 6254, 7998, 8021, 8130, 8454, 8455, 8457, 9895, 10007 e 10008/2025; as Indicações foram aprovadas com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LEO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que faria uma fala breve e objetiva, solicitando dois minutos de atenção dos presentes. Lembrou que, na semana anterior, os parlamentares foram surpreendidos, com a notícia de uma possível paralisação no atendimento do CTO dentro do Hospital Alcides Carneiro. Segundo ele, o governo, por meio do secretário de Saúde, divulgou um vídeo afirmando que realizaria uma reunião com a direção do CTO para solucionar o problema e garantir mais dignidade aos pacientes em tratamento. A reunião ocorreu no dia 18 e foi amplamente divulgada pelo governo, que comemorou um suposto acordo que asseguraria o atendimento dos moradores de Petrópolis. Entretanto, afirmou ter sido surpreendido novamente, pois a direção do Hospital Alcides Carneiro informou ao CTO que não teria condições de cumprir o acordo firmado — menos de dez dias depois da reunião. Diante disso, o CTO recorreu à Justiça. Recebeu, inclusive, a petição apresentada à 4ª Vara Cível pelo advogado do CTO. Leu parte do documento judicial, que registrava os pontos pactuados entre o SEHAC, a Secretaria de Saúde e o CTO: pagamento imediato dos valores devidos até julho de 2025; contratação de médicos para o atendimento via SEHAC; disponibilização do sistema CER ao CTO para organizar o fluxo de consultas e administração de medicamentos; comunicação ao Estado para posterior pagamento. Segundo ele, tudo isso foi desfeito posteriormente. Ele elogiou o Dr. Jorge, afirmando que este tem “feito o papel de prefeito” ao marcar nova audiência com a Secretaria de Saúde, e o CTO e a administração do SEHAC. Mencionou ter caso na família em tratamento no CTO e fez elogios aos profissionais da instituição, destacando que o atendimento é igualitário e humanizado. No entanto, segundo ele, a prefeitura estaria alegando que não pode cumprir o acordo inicialmente anunciado. Afirmou ainda que circulam comentários de que o governo municipal estaria planejando terceirizar o CTO dentro do Hospital Alcides Carneiro, lembrando que tentativa semelhante teria ocorrido na UTI neonatal em junho, quando uma empresa de Volta Redonda chegou a circular no hospital. Após atuação do Ministério Público, segundo ele, a prefeitura recuou. Argumentou que o CTO estaria sendo “asfixiado” para possibilitar sua retirada, como já teria acontecido com o HCC. Ele afirmou que visita o HCC com frequência e reconhece que os profissionais de lá são extremamente competentes, embora muitos fiquem até três meses sem receber salários. Para ele, há uma “cortina de fumaça” com o objetivo de entregar a saúde municipal ao Dr. Luizinho, o que considera inaceitável. Questionou como o governo pretende terceirizar unidades ou abrir novas estruturas se sequer consegue pagar o que já está instalado. Ele alertou que, caso a regulação passe ao Estado, vagas poderão ser ocupadas por pacientes de outras cidades, prejudicando os petropolitanos. Defendeu que, independentemente de posição política, a Câmara precisa se unir para impedir a terceirização da saúde municipal. Lembrou que o CTO tem 45 anos de atuação e ressaltou que a prefeitura já possui uma dívida superior a R\$ 3,5 milhões com a instituição. Também citou que o Estado enviou quantias ex-

pressivas para a saúde e criticou a ausência do CTO e do HCC na lista de prioridades de pagamento. Parabenizou o vereador Thiago Leite pela audiência pública sobre o HCC, que teria revelado dados importantes, inclusive a existência de mais de R\$ 4 milhões em dívidas. Em seguida, apontou que o governo Hingo encerra o primeiro ano com mais de R\$ 500 milhões de passivo. Comentou ainda sobre o calendário de pagamento divulgado pela prefeitura e mencionou matéria na Coluna do Pazzinato, que tratava dos precatórios. Segundo o vereador, o prefeito já deixou de pagar 58 milhões em 2021 e, neste ano, deixou de pagar mais R\$ 60 milhões. Embora tenha feito acordo com o Tribunal de Justiça para parcelar os valores entre setembro e dezembro, ele não teria pago setembro nem outubro. Alertou que o prefeito poderá usar os precatórios como justificativa para não cumprir o calendário de pagamentos divulgado recentemente. Encerrando, disse ter assistido ao podcast no qual o prefeito eleito prometeu ter um plano B e garantir a retomada econômica sem aumentar impostos. Todavia, o prefeito decretou calamidade financeira e, ao mesmo tempo, continua nomeando cargos comissionados. Ele lembrou ainda que o prefeito recorreu ao Tribunal de Justiça para restabelecer o aumento de 70% em seu próprio salário. O vereador concluiu afirmando que a Câmara tem parlamentares comprometidos com a cidade e que não é aceitável que servidores, contratados e estagiários fiquem sem salário enquanto o prefeito busca recuperar o aumento de sua remuneração. Agradeceu e despediu-se. **2) DOMINGOS PROTETOR, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Registrou a presença de seu amigo Fábio, morador da Rua 24 de Maio, parabenizando-o pela moção que recebeu, ressaltando que se tratava de um reconhecimento merecido pelo trabalho realizado ao longo dos anos. Em seguida, afirmou que abordaria os assuntos “por partes”, citando inicialmente a questão do CTO. Concordeu com o vereador Léo França, destacando que o CTO é uma entidade de extrema relevância não apenas para Petrópolis, mas também para outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Mencionou que frequentemente se veem vans de outras cidades trazendo pacientes para atendimento no local. Observou que o Dr. Aloisio havia assumido a administração há apenas alguns dias aproximadamente oito ou dez e ressaltou que a situação da saúde já se encontrava complicada muito antes. Ele relatou que acompanhava as sessões pela TV Câmara e via os debates que tratavam da crise no setor. Ressaltou ainda que não recebeu a mesma informação mencionada por Léo França sobre o suposto rompimento do acordo com o CTO e que, portanto, ainda não poderia confirmar o que realmente ocorreu. Explicou que não conseguiu contato com o secretário Aloisio até aquele momento para obter esclarecimentos, mas garantiu que cobriaria respostas do governo e conversaria diretamente com o secretário para entender a situação e assegurar a continuidade dos atendimentos do CTO. Na segunda parte de sua manifestação, ele abordou a afirmação de que o governo teria recorrido para restabelecer o aumento de 70% no salário do prefeito. Explicou que leu reportagem publicada no jornal *Tribuna de Petrópolis*, que, segundo ele, apresentou a informação de forma mais precisa. A matéria esclarecia que o recurso da prefeitura havia sido feito “por ofício”, ou seja, por obrigatoriedade processual decorrente de uma ação judicial prévia e não por iniciativa exclusiva do prefeito para efetivar o aumento. Destacou que esse tipo de recurso obrigatório não impli-

caria necessariamente a intenção de implementar o reajuste. Citou como exemplo o caso envolvendo decisão favorável do juiz Dr. Jorge sobre o ICMS, quando o governo do Estado, igualmente por ofício, recorreu e derrubou a decisão. O vereador retomou a palavra afirmando que a questão do ICMS é extensa e ainda será discutida em outras oportunidades na Câmara. Preferiu não aprofundar o tema naquele momento e voltou a tratar do assunto relacionado ao CTO. Ele reforçou que acompanhará a situação e garantiu ao vereador que buscará regularizar o problema mencionado. Aproveitando a referência ao bondinho citada anteriormente, o vereador passou a comentar sobre o turismo no município. Lembrou que, no dia anterior, houve uma conversa sobre a importância da atividade turística para a cidade. Informou que recebeu diversas mensagens de profissionais do setor hoteleiro incluindo hotéis e pousadas que destacaram a relevância dos eventos realizados em Petrópolis para o fortalecimento da economia local. Enfatizou que eventos movimentam a cidade, atraem visitantes e geram entrada de novos recursos, beneficiando o comércio, bares, restaurantes e a rede de hospedagem. Mencionou ainda que a festa sendo montada para o final de semana, bem como a feira literária no Palácio de Cristal, já estavam contribuindo para esse fluxo de turistas. Destacou que todos esses eventos estavam sendo organizados a custo zero para a prefeitura, sem utilização de recursos próprios, o que considerou extremamente positivo para o município. Ele concluiu registrando seu apoio ao setor turístico e enviando um abraço aos profissionais de hotéis, pousadas, bares e restaurantes que o procuraram, ressaltando que continuarão lutando para garantir mais eventos e movimentação turística na cidade. Para ele, essa é uma questão de sobrevivência econômica, visto que, atualmente, a principal indústria de Petrópolis é a do turismo, que precisa ser valorizada. Agradeceu e despediu-se. **3) JULIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Afirmou que, no dia anterior, fez uma fala destacando que todo o mês de novembro foi dedicado a cobranças relacionadas ao pagamento de servidores, RPAs, estagiários, projetistas e terceirizados da Capital. Disse que, mais uma vez, retornava à tribuna para cobrar o pagamento de salários. Relatou que a Câmara tem recebido inúmeras mensagens, denúncias e reclamações sobre o pagamento dos funcionários do HCC. Segundo ela, novamente os trabalhadores do hospital estão sem salário não apenas referente ao mês de novembro, mas também ao mês de outubro. Ou seja, encontram-se há quase dois meses sem receber. Considerou a situação do município inacreditável e inaceitável, especialmente porque técnicos de enfermagem e enfermeiros seguem sem salário. Ressaltou que é necessário garantir o mínimo: respeito ao trabalhador, o que inclui salário na conta na data correta, uma vez que as contas não esperam. Quando o pagamento atrasa, os trabalhadores precisam arcar com juros, cheque especial e todas as despesas acumuladas, configurando um desrespeito total ao funcionalismo. Destacou ainda que, caso o município não consiga realizar o pagamento em dia, deve ao menos apresentar compromisso, transparência e comunicação. Informou que, após muitos pedidos desde agosto, o Executivo enviou um cronograma prevendo: pagamento do salário de novembro até o quinto dia útil de dezembro; pagamento de dezembro até o quinto dia útil de janeiro; e o 13º salário até o dia 23 de dezembro. Para ela, trata-se de uma situação desesperadora. Explicou que os servidores e aposentados

do município há mais de 30 anos recebem no último dia útil e que, em determinados períodos, os aposentados chegaram até a receber antes dos servidores da ativa. Reforçou a necessidade de lembrar que aposentados muitas vezes dependem exclusivamente dessa renda, que tem caráter alimentício. Muitos precisam comprar remédios, pagar consultas médicas por não possuírem plano de saúde e enfrentam dificuldades no SUS. Por isso, devido às demandas dos aposentados, foi apresentada uma emenda à Lei Orgânica do Município para garantir o pagamento no último dia útil, assegurando a dignidade às pessoas que dedicaram a vida ao serviço público. Lamentou a surpresa negativa de ver o 13º salário previsto apenas para o dia 23 de dezembro. Afirmou que o município precisa muito mais do que isso: precisa de clareza, transparência e esforço real por parte do Executivo. Destacou que o pagamento nessa data representa um desrespeito aos servidores e aposentados e levantou questionamentos sobre a legalidade da medida. Explicou que a legislação municipal permite o pagamento do 13º em até duas parcelas, sendo a primeira até 30 de novembro e a segunda até 20 de dezembro, mas que o Estatuto não esclarece prazos quando o pagamento é feito em parcela única. Assim, além de imoral, pode haver ilegalidade algo que precisa ser analisado com atenção. Afirmou que continuará acompanhando a situação judicialmente e seguirá acompanhando a tramitação da emenda à Lei Orgânica, apresentada a pedido dos aposentados e de todos que vivem na insegurança de não saber quando receberão. Ressaltou a gravidade da situação e a necessidade de medidas efetivas, de médio e longo prazo, por parte do Executivo para superar o cenário atual. Destacou que o papel do Legislativo inclui propor políticas públicas e fiscalizar o Executivo. Contudo, lamentou ter que subir à tribuna em todas as sessões apenas para cobrar o básico: pagamento de salário. Considerou triste e desanimador que a pauta seja tão recorrente, quando o objetivo é discutir ideias para melhorar a cidade. Mesmo assim, disse que fará as cobranças quantas vezes forem necessárias. Também mencionou a situação da empresa terceirizada Capital, comentada no dia anterior. Ressaltou a importância de esclarecer se o contrato será renovado e afirmou esperar que não. Defendeu que a prefeitura abra um processo seletivo para contratar diretamente esses trabalhadores enquanto não realiza o concurso público, que considera urgente para a educação municipal especialmente para os cargos que atuam diretamente com as crianças nas escolas. Por fim, reforçou que é fundamental o compromisso do gestor municipal com o funcionalismo público, já que toda a população depende dos serviços prestados por esses profissionais, seja na saúde, na educação ou na assistência social. Concluiu afirmando que seguirá na luta ao lado da população. Agradeceu e despediu-se. **4) PROFESSORA LIVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Afirmou que gostaria de lembrar ao prefeito algo que, segundo ela, ele tem esquecido: os recorrentes atrasos no pagamento das servidoras e servidores contratados em regime de RPA. Ressaltou que se trata de um regime tão precarizado que nem contrato formal de trabalho oferece. Ela entendeu a crítica aos atrasos que atingem diversas áreas saúde, educação e especialmente os estagiários da educação. Fez um desafio público: convidou qualquer pessoa formada na área da educação a entrar em uma sala de aula com estudantes em situação de inclusão e permanecer as quatro horas de trabalho sem qualquer tipo de apoio. Declarou que quem

vivenciasse essa realidade sairia de lá afirmando que autorizaria e defenderia o pagamento justo e adequado dessas profissionais. Criticou o fato de as estagiárias e estagiários da educação receberem mal e destacou que o próprio gestor municipal desconhece o papel que eles desempenham dentro das escolas. Afirmou que falta conhecimento e sentimento de pertença sobre o funcionamento do serviço público municipal. Por não saber o que é trabalhar na ponta seja como educadora, cozinheira de Centro de Educação Infantil ou profissional que enfrenta problemas de saúde agravados pela rotina o prefeito, segundo ela, permite atrasos de pagamentos, inclusive do vale-alimentação das trabalhadoras da Capital. Prosseguiu lembrando outra categoria que também está sem receber: os motoristas responsáveis pelo transporte escolar de estudantes com deficiência. Dirigiu seu recado ao prefeito e à Secretária de Educação, ressaltando que esses trabalhadores ainda não receberam integralmente o valor referente ao mês de julho. Explicou que a prefeitura parcelou esse pagamento em três vezes, comprometeu-se a depositar no dia 21 de cada mês e não cumpriu até aquele momento 26 de novembro. Além disso, destacou que não foi realizado o pagamento devido no quinto dia útil e que o combinado não tem sido respeitado. Questionou até quando essa situação persistirá e alertou que, agora, o governo anuncia que pagará apenas no quinto dia útil. Dirigiu-se às mães, pais, tios, tias, irmãos e irmãs de estudantes com deficiência que dependem do transporte escolar e indagou se a população permanecerá passiva diante desse descaso. Perguntou como as crianças chegarão à escola caso o serviço seja interrompido e afirmou que, não fosse a boa vontade dos motoristas, o transporte já estaria paralisado. Acrescentou ainda que, se houver paralisação, considerará falta, pois o prefeito não cumpre o que promete. Destacou que parece faltar à prefeitura incluir esses trabalhadores na lista de categorias às quais está devendo e declarou que estava ali justamente para lembrar o prefeito de acrescentar mais esse débito à sua responsabilidade. Por fim, comentou uma matéria publicada sobre a falta de estrutura do Conselho Tutelar. Afirmou que a situação não é novidade. Disse que visitou no início do ano o prédio onde o Conselho funcionava e constatou condições precárias, já que a casa não recebia manutenção adequada. Explicou que, mesmo após a mudança de sede, os problemas continuam, incluindo a falta de veículo oficial para o trabalho. Relatou o caso recente de duas crianças encontradas sozinhas em casa. Segundo ela, a polícia foi ao local e prendeu a mãe pois, como ressaltou, nessas situações o pai costuma estar ausente. Informou que o Conselho Tutelar havia sido acionado, mas declarou não poder comparecer por falta de carro. A vereadora usou o episódio para denunciar o estado de abandono da estrutura de atendimento, acolhimento e acompanhamento das crianças no município. Encerrando sua fala, reforçou sua manifestação pela necessidade urgente de que o Conselho Tutelar seja devidamente equipado e tenha condições reais de trabalho, garantindo o atendimento eficiente às crianças que dependem desse serviço. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia dois de dezembro às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins